

Os EUA prometem em Caracas ajuda aos latino-americanos

por William Chislett
do Financial Times

Os Estados Unidos conseguiram ontem moderar o tom de uma série de propostas radicais feitas pelos países latino-americanos para aliviar a dívida externa de US\$ 300 bilhões da região.

Um documento de consenso foi aprovado pelos países na conferência especial, que se realiza em Caracas, sobre a crise de dívida convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os Estados Unidos prometeram estudar formas para ajudar a região a superar sua crise de dívida, mas recusaram-se a apoiar qualquer proposta específica de política.

O aumento do financiamento pelas instituições financeiras internacionais será examinado, bem como a eliminação de barreiras comerciais.

Os países latino-americanos recusaram de suas duas principais propostas, depois de sessões prolongadas que duraram até a madrugada da quinta-feira.

PRESSÃO

Eles tentaram pressionar os Estados Unidos a concordar com a expansão do papel da linha de crédito compensatório do Fundo Monetário Internacional, que concede recursos a países cujas exportações foram afetadas adversamente pela queda de preços mundiais. Os delegados queriam que essa linha de crédito fosse estendida para cobrir os pagamentos de serviço de dívida provocados pela alta das taxas de juros internacionais.

Os Estados Unidos discordaram também da idéia de que seja revista completamente sua política de "graduar" as exportações das nações em desenvolvimento. Os produtos que entram nos Estados Unidos recebem tratamento tarifário especial de acordo com o nível de desenvolvimento do país de origem. Os países latino-americanos contestaram as formas pelas quais suas exportações são retiradas da lista de tratamento preferencial, uma vez que o

Os problemas são de liquidez

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

A quem cabe a principal responsabilidade pela crise financeira mundial? O presidente do Banco Mundial, A. W. Clausen, preferiu sair pela tabela ao responder a essa pergunta, em entrevista publicada por 'Worldpaper', um suplemento mensal que acompanha 18 jornais e revistas de cinco continentes, em sua edição de setembro.

"Um dos equívocos comuns é achar que existe uma crise generalizada de dívida externa. Dívida externa é um problema específico de cada país, e a maioria dos países em desenvolvimento continua a pagar seus compromissos corretamente. Na maioria dos casos, os atuais problemas são de liquidez, e não de solvência", disse Clausen que admite a existência de alguns casos de "empréstimos imprudentes", mas afirma que, em geral, "os países em desenvolvimento usaram de maneira produtiva os empréstimos obtidos".



A.W. Clausen.

"A maioria dos grandes devedores tinham economias dinâmicas" — explica Clausen. "Seu crescimento durante os anos 70, era muito maior do que o das economias industriais maduras. Suas exportações estavam crescendo rapidamente de modo que a capacidade de atender ao serviço da dívida pôde ser mantida até 1980, quando a recessão mundial produziu uma queda em suas exportações, e altas

taxas de juros elevaram o custo do serviço da dívida."

Harold Lever, membro da Câmara dos Lordes, um dos presidentes da comissão trilateral e conselheiro econômico do governo britânico nas administrações dos primeiros ministros Harold Wilson e James Callaghan, também escreveu um artigo para 'Worldpaper', onde afirma: "Países mais pobres devem agora 300 bilhões de dólares ou mais ao sistema bancário privado. Sem ajuda não há possibilidade de que eles consigam atender a suas obrigações com os bancos, que serão obrigados a carregar uma carga de débitos precários com efeitos seriamente prejudiciais ao funcionamento do sistema bancário em todos os países.

"Além disso, os bancos não poderiam dar a esses países mais pobres o fluxo de financiamento necessário no futuro imediato. Esses países serão forçados a tentar a aplicação de políticas que impondo perigosas exigências a seus frágeis sistemas políticos, financeiros e econômicos".

país atinge certo nível de desenvolvimento.

Outras propostas, como o aumento imediato de quase US\$ 16 bilhões nos Direitos Especiais de Saque do FMI, foram abandonadas rapidamente depois de encontrarem resistência norte-americana.

A delegação norte-americana de doze membros, à qual se uniu subsecretário do Tesouro, Beryl Sprinkel, na quinta-feira, recusou-se resolutamente a se comprometer com quaisquer mudanças de política.

A CALMA VOLTOU

Apesar das diferenças de opinião sobre a forma de enfrentar a crise de dívida, que afundou a América Latina na sua pior recessão em 50 anos, o clima da conferência foi notavelmente calmo.

Autoridades graduadas do Tesouro norte-americano disseram que estavam esperando um ambiente mais agitado e

que não foi feito nenhum discurso agressivo. "As diretrizes que temos agora são tão brandas que até os bancos comerciais poriam nelas suas assinaturas", disse um funcionário do governo norte-americano.

A idéia de formar o tão temido "clube de devedores", que foi proposta por alguns políticos latino-americanos radicais, não foi incluída na agenda da reunião. Autoridades norte-americanas disseram que o assunto de uma abordagem conjunta para negociar termos de pagamento mais vantajosos nunca foi citado.

Os banqueiros, que estão ficando cada vez mais preocupados com a incapacidade da América Latina de efetuar o serviço de sua dívida, não chamaram a atenção na conferência, com a exceção de Patrick Blake, vice-presidente do Chase Manhattan Bank, que estava entre os convidados especiais.